

# Programa de Estímulo à Interação Universidade-Empresa para Apoio à Inovação

---

*Documento Básico\**

## **1. APRESENTAÇÃO**

O Programa de Estímulo à Interação Universidade-Empresa para Apoio à Inovação foi criado por meio da lei nº 10.168 de 29/12/2000 e tem como principal objetivo estimular o desenvolvimento tecnológico brasileiro, mediante programas de pesquisa científica e tecnológica que intensifiquem a cooperação de instituições de ensino superior e centros de pesquisa com o setor produtivo, contribuindo assim para acelerar o processo de inovação tecnológica no país.

Os recursos recolhidos, conforme previstos na citadalei, na lei nº 10.332 de 19/12/2001 e na lei nº 10.176 de 11/01/2001, serão geridos sob a denominação de “Fundo Verde-Amarelo” (FVA). Do total destes recursos, 30%, no mínimo, serão aplicados nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

## **2. INTRODUÇÃO**

O Brasil apresentou, nos últimos 30 anos, um enorme avanço na área de produção do conhecimento e na geração de inovações. Desenvolveu-se, ao longo das últimas décadas, uma base de inovação tecnológica complexa, formada sobretudo por instituições de ensino superior (IES), institutos de pesquisa e empresas públicas e privadas.

Entretanto, este desenvolvimento ocorreu de forma assimétrica, com maior peso para produção de novos conhecimentos no âmbito das instituições de pesquisa e IES, sem uma correspondente participação do setor produtivo. Um indicador clássico deste processo é o peso relativo dos investimen-

---

\* Documento aprovado pelo Comitê Gestor do Fundo Verde-Amarelo. Brasília, abril de 2002.

tos em P&D por parte das empresas, particularmente se comparados com os países desenvolvidos e do Sudeste-Asiático.

Impõe-se, portanto, a necessidade de mobilização da sociedade e do governo para estimular um ambiente mais favorável ao processo inovativo, em particular, ampliando a participação do setor produtivo e estreitando sua interação com o ambiente de pesquisa localizado nas universidades e institutos de pesquisa públicos.

Neste contexto, o FVA deverá cumprir papel essencial na mobilização para a inovação, procurando encontrar soluções criativas e adequadas para fazer progredir a interação entre os diversos agentes do processo inovativo e gerar um ambiente mais favorável à inovação no país, seguindo as diretrizes e orientações identificadas e priorizadas pelo seu Comitê Gestor.

O FVA deverá ser um instrumento de articulação que possibilite ações conjuntas envolvendo as entidades de ensino superior, pesquisa e desenvolvimento, as empresas, os institutos tecnológicos, o CNPq e a Finep, o MDIC, o BNDES, o Sebrae, os sistemas compreendidos pelas confederações da classe produtora e as entidades tecnológicas e de classe, ampliando substancialmente o alcance das diversas ações já em curso, complementando-as e abrindo novas perspectivas que contribuam para o alinhamento das políticas de CT&I com as políticas de desenvolvimento e de comércio exterior. Como parte desses esforços o FVA deverá realizar ações de forma articulada com os demais Fundos Setoriais e programas do governo federal.

#### O DESENVOLVIMENTO DE UM AMBIENTE FAVORÁVEL À INOVAÇÃO

O mundo atual se caracteriza pela introdução de transformações radicais nas formas de operação dos mercados, pela rápida obsolescência das tecnologias e pelas mudanças profundas nas organizações. Neste ambiente, alteram-se os padrões de geração, difusão e apropriação do conhecimento e das inovações, os quais refletem-se em novas formas da concorrência empresarial e no próprio papel da tecnologia sobre a organização dos mercados e das formas de produção, emprego e renda. A capacidade inovativa torna-se a variável chave para o desenvolvimento econômico e um passo importante na minimização dos problemas sociais. A competência para agregar valor na oferta de bens e serviços passa a ser um requisito fundamental de participação das nações, regiões, setores e empresas em um mercado cada vez mais exigente e globalizado.

Reconhece-se que, para alcançar tal objetivo, não basta estimular o aumento da P&D empresarial, mas trata-se de adotar medidas que estimulem uma interação eficiente de toda a cadeia de produção e utilização de conhecimento, a partir de um entendimento claro do processo de inovação utilizado pelas empresas e da identificação das carências que esse processo apresenta.

#### A MOBILIZAÇÃO PARA INOVAÇÃO

Cabe aos governos um papel relevante no aporte de recursos e uma contribuição significativa no que se refere à sua capacidade de coordenar e estimular as atividades de inovação, e de criar mecanismos para garantir a sua sustentabilidade.

Mobilizar a sociedade e os agentes econômicos para o processo de inovação, em outras palavras, significa atuar no sentido de constituir e apoiar programas, projetos, instituições, que permitam o desenvolvimento sistemático da inovação no país. Neste contexto, a mobilização exige a definição e interlocução da política tecnológica com as políticas industrial e macroeconômica, visando a adequação dos mecanismos de enlace entre os diversos atores e participantes das atividades de CT&I e da definição de áreas críticas e prioritárias para o desenvolvimento tecnológico, inclusive dos sistemas de proteção à propriedade intelectual, dos serviços tecnológicos (metrologia, normalização, avaliação da conformidade, serviços de informação, assistência técnica), entre outros. Outro aspecto importante é a percepção da diversidade e do caráter local dos processos de aprendizado e, portanto, da dimensão local da inovação.

O FVA deverá fornecer moldura adequada à consecução de políticas públicas, viabilizando instrumentos que facilitem a realização de um conjunto de atividades voltadas à agregação de valor na cadeia do conhecimento e da inovação.

### **3. PROBLEMÁTICA**

#### A INTERAÇÃO UNIVERSIDADE-EMPRESA

Desde logo é necessário delimitar o espectro abrangido por essas entidades: como “universidade”, entende-se todo o espectro de geração e desenvolvimento do conhecimento nas unidades acadêmicas, nos centros

tecnológicos e institutos de pesquisa; como “empresa”, entende-se todo o universo da produção de bens e serviços. Não se pode desprezar, no entanto, a geração de conhecimentos no âmbito empresarial que, captados e absorvidos de forma adequada pelos atores relevantes do sistema de inovação, alimentam tanto a pesquisa científica e tecnológica realizada nas universidades como o processo de inovação realizado nas empresas.

A aproximação entre a universidade e a empresa é um tema recorrente na organização dos sistemas de inovação exatamente por se tratar de um ponto crítico para a promoção da inovação. Superar as barreiras que ainda hoje separam universidade e empresa é, de fato, o principal desafio para a constituição de um sistema de inovação capaz de sustentar o desenvolvimento econômico e social no contexto da sociedade do conhecimento. Questões culturais, organizacionais, gerenciais e de capacitação precisam ser superadas para que se possa ganhar efetividade na relação empresa-universidade no país. É importante ter em mente que se trata de duas entidades de naturezas distintas, com missões diversas, mas que podem e devem ter interesses convergentes em momentos específicos.

Uma questão importante para orientar um fundo destinado a promover a interação universidade-empresa refere-se à heterogeneidade das instituições presentes nessa interação.

É importante ter em conta que há diferentes tipos de empresas, IES, institutos de pesquisa e centros tecnológicos. Empresas pequenas emergentes, médias e grandes, diferem em diversos fatores, como no tipo de organização, nas suas necessidades, nos níveis de capacitação e na maneira de atuação em seus mercados. As empresas apresentam variações quanto à especificidade do conhecimento exigido; horizonte temporal dos projetos, estruturas de desenvolvimento e de incorporação de tecnologia, e assim por diante. O universo de atores, aqui identificados como universidades, também apresentam singularidades significativas.

Há diferentes tipos de capacitação e de oferta, e demanda por conhecimento nos dois conjuntos de instituições. Esta heterogeneidade exige a formatação de ações específicas, que levem em conta necessidades e capacidades diferenciadas, seja do lado das empresas seja do lado das universidades.

Deve-se destacar que a interação universidade-empresa não pode se pautar por uma perspectiva unidirecional, na qual o conhecimento sempre

fluirá da universidade para a empresa. A heterogeneidade da condição empresarial e empreendedora ajuda a entender que é preciso desenvolver uma perspectiva real de interação e não meramente de transferência de conhecimento. Assim, quando se fala de relação empresa-universidade, é preciso buscar, efetivamente, a interação por meio da construção de uma interface eficiente, democrática, de acesso. Mais do que isso, em alguns casos, a relação universidade-empresa comporta mais atores do sistema de inovação do que seus dois principais protagonistas.

#### **4. DIRETRIZES GERAIS DO FUNDO VERDE-AMARELO**

O objetivo principal do Programa de Estímulo à Interação Universidade-Empresa para Apoio à Inovação é estimular a inovação e o desenvolvimento tecnológico brasileiro, mediante programas de pesquisa científica e tecnológica que intensifiquem a cooperação de IES e centros de pesquisa com o setor produtivo, direcionando o processo de inovação tecnológica no país.

O Fundo Verde-Amarelo deve ter um papel de estímulo, complementação e ampliação do alcance das iniciativas e das diretrizes consideradas prioritárias pelo governo federal em conjunto com os segmentos da sociedade envolvidos na interação universidade-empresa. Nesse sentido, ele pode conferir flexibilidade às políticas do governo e ampliar, com base em políticas financeiras e instrumentos institucionais adequados, as interfaces do MCT com os demais ministérios, com o setor privado e mesmo com os governos estaduais. Ainda assim não pode ser instrumentalizado como mero mecanismo de financiamento de políticas e programas de apoio à inovação, que requerem recursos muito superiores ao mobilizado pelo FVA. Neste sentido, as ações a serem apoiadas pelo Fundo Verde-Amarelo devem ser concebidas como instrumentos para forjar parcerias, multiplicar recursos e catalisar sinergias entre atores públicos e privados que integram o sistema nacional de inovação. Para o êxito do Programa de Estímulo à Interação Universidade Empresa para Apoio à Inovação, os recursos do FVA devem ser aplicados observadas as seguintes diretrizes:

- incentivar o comprometimento das empresas e instituições de pesquisa com o processo de inovação;
- estimular a cooperação entre centros de pesquisa, instituições de ensino superior e empresas no desenvolvimento de novas tecnologias, produtos, processos e serviços, bem como na realização de melhorias incrementais;

- contribuir para a criação de um ambiente favorável à capacitação para inovação tecnológica, visando aumento de competitividade do setor produtivo brasileiro;
- contribuir para a consolidação da infra-estrutura de tecnologia industrial básica;
- induzir parcerias entre instituições públicas ou privadas que mantenham programas de apoio ao desenvolvimento científico e tecnológico, buscando a complementaridade de programas afins, a otimização da utilização dos instrumentos disponíveis e a agilização na execução dos projetos cooperativos com empresas;
- apoiar o desenvolvimento de sistemas de informação em CT&I;
- garantir o caráter estratégico da gestão dos recursos e sua aplicação em consonância com as políticas tecnológica e de desenvolvimento nacionais, por meio de permanente acompanhamento e avaliação das atividades apoiadas;
- valorizar, no processo de seleção de propostas a serem apoiadas, aspectos como valor agregado pelo aumento do conteúdo tecnológico, competitividade internacional e retorno econômico e social sobre o investimento.

## **5. EIXOS DE ATUAÇÃO DO FUNDO VERDE-AMARELO**

Com vistas a assegurar a organicidade das diversas atividades a cargo do FVA, estabeleceu-se a agregação das ações em três eixos temáticos. Cabe ressaltar que estes eixos apresentam interfaces importantes e englobam ações complementares, podendo ser resumidamente expressas conforme se segue:

- fatores sistêmicos para a inovação;
- cooperação tecnológica para a inovação;
- empreendedorismo, apoio a empresas de base tecnológica e sistemas locais de inovação.

Os programas e projetos contemplados nesses eixos devem ser classificados quanto à sua vinculação com o setor produtivo em setoriais ou horizontais. Caberá ao comitê gestor fixar, na elaboração do Plano Anual de Investimento, as proporções de recursos a serem aplicadas em cada tipo de projeto. Entre os programas e projetos setoriais, deverão ser priorizados aqueles setores ou cadeias produtivas que não dispõem de Fundo de C&T específico.

## FATORES SISTÊMICOS PARA A INOVAÇÃO

O objetivo deste eixo é o de contribuir para a criação de condições favoráveis à inovação, por meio da capacitação em áreas críticas para a organização de sistemas de inovação no país, visando a ampliação da competitividade da empresa brasileira, assim como da capacidade de inserção das instituições de pesquisa no cenário da inovação.

### LINHAS DE AÇÃO

- 1) Capacitação de recursos humanos para a inovação: formação e mobilização de pesquisadores e sua fixação nas empresas, maior mobilidade de pesquisadores entre universidade e empresa e apoio a programas de educação continuada por parte das empresas, com vistas à inovação tecnológica.
- 2) Desenvolvimento e difusão de tecnologias de gestão e comercialização: apoio à consolidação de novos modelos de gestão e desenvolvimento do comércio eletrônico.
- 3) Estímulo à propriedade intelectual: em particular ao licenciamento de patentes e sua comercialização; apoio à instalação de serviços de suporte à propriedade intelectual, capacitação em propriedade intelectual nos meios empresariais e acadêmicos.
- 4) Tecnologia industrial básica e serviços tecnológicos para inovação e competitividade: apoio à capacitação em tecnologia industrial básica (metrologia, normalização e regulamentação técnica e avaliação da conformidade, que compreendem as chamadas barreiras técnicas ao comércio, propriedade intelectual e informação tecnológica) e serviços tecnológicos (prototipagem rápida, design e outros).
- 5) Informação em ciência, tecnologia e inovação: organizar e tornar disponíveis informações tecnológicas de impacto para os sistemas de inovação (informações patentárias, indicadores nacionais e internacionais de CT&I, identificação e localização de capacitação em CT&I e outros).
- 6) Estudos: apoio à obtenção de subsídios à política de CT&I e à organização de sistemas de inovação e seus componentes, análises prospectivas e avaliação.

7) Eventos: apoio a eventos relacionados aos temas que integram o escopo do Fundo Verde-Amarelo.

#### COOPERAÇÃO TECNOLÓGICA PARA A INOVAÇÃO

Espera-se que as empresas sejam beneficiadas pela base de pesquisa instalada no país e, como contrapartida, ampliem seus fluxos de recursos financeiros para P&D; e que as universidades também se enriqueçam com a experiência e também ampliem os recursos alocados para responder, diretamente aos desafios da inovação.

O objetivo deste eixo é, assim, estimular essa cooperação e ampliar os ganhos de economias de escala e de escopo nas atividades de ciência, tecnologia e inovação.

Este eixo compreende mecanismos de organização e mobilização dos diferentes agentes em favor do processo inovativo. Sua atuação se concentra na disponibilização de instrumentos que visam facilitar as atividades conjuntas entre instituições de pesquisa e empresas. O principal mecanismo de promoção neste eixo é o estímulo aos projetos cooperativos voltados para a inovação, e concebidos por meio da interação entre o setor produtivo e as instituições de P&D.

O que aqui se chama de pesquisa cooperativa caracteriza-se pela realização de programas ou projetos de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e de engenharia não rotineira, objetivando a inovação tecnológica em termos de produto, sistema ou processo e seus componentes. Trata-se de promover a articulação entre os agentes dos sistemas de inovação.

A pesquisa cooperativa e a formação de redes vêm se tornando instrumentos importantes de desenvolvimento científico e tecnológico e da organização da inovação. As características, que têm motivado sua crescente utilização, são: i) aprendizagem compartilhada; ii) custo relativo reduzido (economias de escala de P&D); iii) efeitos de sinergia (economias de escopo); iv) maior potencial relativo de difusão; v) acessibilidade (mesmo para as pequenas e médias empresas); vi) grande capacidade de integração universidade/comunidade tecnológica/empresa; vii) potencial de aumentar investimentos privados em pesquisa. Além disso, este eixo contribuirá para estabelecer um melhor equilíbrio entre investimentos privados e públicos em atividades de CT&I.

### **LINHAS DE AÇÃO**

- 1) Projetos mobilizadores pré-competitivos (articulação entre empresas ou conjunto de empresas e instituições de ensino superior e de pesquisa, a partir de demandas empresariais de P&D).
- 2) Projetos cooperativos visando à inovação em empresas, cadeias produtivas ou setores estratégicos para a competitividade empresarial ou relevantes para o desenvolvimento nacional.
- 3) Pesquisa cooperativa em rede com o setor produtivo visando o avanço do conhecimento científico aplicado e o desenvolvimento tecnológico, envolve a formação de redes de pesquisa para o avanço do conhecimento em áreas nas quais haja evidentes ganhos de economias de escala de pesquisa.
- 4) Promoção da inovação tecnológica nas micro, pequenas e médias empresas, visando aumentar a competitividade empresarial por meio do desenvolvimento de produtos, processos e serviços inovadores, e estimulando a disseminação da cultura exportadora entre essas empresas.
- 5) Organização de cooperação internacional em pesquisa e inovação.

#### **EMPREENDEDORISMO, APOIO A EMPRESAS DE BASE TECNOLÓGICA E SISTEMAS LOCAIS DE INOVAÇÃO**

Em consonância com outros esforços institucionais realizados pelo governo federal, este eixo tem como enfoque principal contribuir para a consolidação de uma cultura empreendedora no país. Além disso, esse bloco prevê ação sistêmica junto a arranjos inovativos locais, otimizando as sinergias de diferentes atores locais, tais como empresas, escolas técnicas, associações empresariais, organizações não governamentais e prefeituras, estimulando o empreendedorismo e a inserção em novos mercados.

Um dos mecanismos que viabilizam a transformação do conhecimento em produtos, processos e serviços é a incubação de empresas, na qual é imprescindível a participação ativa da comunidade que realiza pesquisas e atividades tecnológicas, nas universidades e em outras instituições de cunho tecnológico. Em um contexto onde o conhecimento, a eficiência e a rapidez no processo de inovação passam a ser reconhecidamente os elementos decisivos para a

competitividade das economias, o processo de incubação é crucial para que a inovação se concretize em tempo hábil para suprir as demandas do mercado.

As ações desse bloco envolvem:

- a) apoio ao surgimento de empresas com diferenciais advindos de inovações tecnológicas;
- b) o fortalecimento da competitividade das micro, pequenas e médias empresas;
- c) apoio as micro e pequenas empresas exportadoras;
- d) apoio ao surgimento e à consolidação de incubadoras de empresas e de Parques Tecnológicos;
- e) o apoio ao fortalecimento de arranjos ou aglomerados produtivos locais.

Para que estes objetivos possam ser alcançados, os instrumentos de apoio à inovação apresentados nas ações compõem um portfólio que deverá proporcionar um ambiente de cooperação mútua entre as instituições de pesquisa e desenvolvimento, o setor produtivo e outros agentes do sistema de inovação, resultando no desenvolvimento e na transferência de tecnologia. Este ambiente pode ainda ser dinamizado quando se apresenta a idéia de trabalho de um conjunto de empresas em arranjos produtivos locais. O tratamento que pode ser dado a estes arranjos é variável pois considera diferentes graus de desenvolvimento. Para cada um destes arranjos podem ser disponibilizadas ferramentas que vão de estudos prospectivos sobre as características e necessidades tecnológicas deste aglomerado (onde participam representantes do governo, da iniciativa privada e instituições de pesquisa), passando por projetos cooperativos (instituições de pesquisa e empresas) para o desenvolvimento de tecnologias de uso comum, até o auxílio ao estudo de viabilidade e de desenvolvimento de parques tecnológicos.

#### **LINHAS DE AÇÃO**

- 1) Apoio a iniciativas de disseminação de uma cultura empreendedora no país, incluindo a capacitação das IES brasileiras para apoiar diretamente o processo de inovação.
- 2) Estímulo ao desenvolvimento de empresas de base tecnológica, incuba.

doras e parques tecnológicos, por meio de incubadoras de empresas, parques tecnológicos, fomento ao desenvolvimento do mercado de capital de risco e do incentivo ao investimento privado em empresas de tecnologia. Envolve, ainda, a realização de Estudos de Viabilidade Técnica e Econômica (EVTE), desenvolvimento de protótipos e de planos de negócios, e apoio a transferência de conhecimento para as MPEs.

3) Apoio à organização e consolidação de arranjos produtivos locais (pólos industriais ou tecnológicos, *clusters* ou sistemas locais de inovação) e cadeias produtivas regionais: envolve a utilização do desenvolvimento tecnológico como instrumento para a realização de estudos e planos de desenvolvimento de aglomerados produtivos existentes no país; realização de plataformas tecnológicas e projetos cooperativos; criação de articulação institucional entre os atores envolvidos nos aglomerados; estímulo à integração entre as empresas com instituições de pesquisa e de serviços tecnológicos; capacitação tecnológica do empresariado e mão-de-obra especializada; ações voltadas para aumento da produtividade e ganhos de economias de escopo e escala nos aglomerados produtivos apoiados.

## **6. RESULTADOS E IMPACTOS ESPERADOS**

- aumento da capacitação tecnológica e da competitividade das empresas brasileiras, com o conseqüente adensamento tecnológico e agregação de valor aos seus processos de produção de bens e serviços;
- ampliação da cooperação entre os setores público e privado e consolidação de um ambiente de estímulo à inovação nas instituições de ensino superior, institutos tecnológicos e empresas;
- fortalecimento dos mecanismos de gestão, infra-estrutura e serviços tecnológicos, nas instituições de pesquisa e ensino superior, visando o atendimento das demandas das empresas brasileiras;
- aumento do número de laboratórios credenciados para a realização de serviços de calibração e ensaio;
- aumento e capacitação dos sistemas, serviços e pessoal, ligados à certificação voluntária e compulsória no Brasil;

- fortalecimento da capacidade da empresa brasileira de superar obstáculos técnicos ao comércio exterior;
- fortalecimento da capacidade de inteligência e gestão tecnológica por parte do setor privado, aperfeiçoando a identificação de suas demandas por desenvolvimento de produtos, processos e serviços tecnológicos, que possam ser supridas pelo setor acadêmico e centros de P&D nacionais;
- disseminação de novas tecnologias que ampliem o acesso da população a bens e serviços com alto conteúdo tecnológico;
- aumento dos investimentos privados em P&D;
- criação de ambiente favorável ao surgimento de novos instrumentos de suporte às empresas de base tecnológica;
- agregação de tecnologia aos produtos, processos e serviços das MPEs e apoio ao surgimento de novos negócios, por meio do empreendedorismo e do apoio às empresas de base tecnológica;
- fortalecimento e organização dos sistemas locais de inovação, contribuindo para a redução das desigualdades sociais e regionais;
- fortalecimento das inter-relações e aumento da cooperação entre os diferentes agentes do sistema de inovação, bem como da cooperação internacional em CT&I.

## **7. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL**

A estrutura organizacional do FVA ,em princípio, deverá conter:

1) Um Comitê Gestor, com a seguinte composição:

- um representante do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), que o presidirá;
- um representante do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC);
- um representante da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep);

- um representante do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES);
- um representante do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq);
- um representante do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae);
- dois representantes do setor industrial;
- dois representantes da comunidade científica.

2) Uma Secretaria Técnica, subordinada ao Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE).

3) As duas agências executoras do MCT – CNPq e FINEP – implementarão as ações do FVA seguindo as orientações e diretrizes do Comitê Gestor, de acordo com seus mecanismos operacionais já amplamente utilizados e, eventualmente, desenvolvendo novos mecanismos e instrumentos de acordo com as novas demandas.

## **8. SIGLAS UTILIZADAS E RESPECTIVAS URLs**

Abipti – Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica - <http://www.abipti.org.br>

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - <http://www.bndes.gov.br/>

Capes - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior - <http://www.capes.gov.br/>

CDT– Componente de Desenvolvimento Tecnológico - <http://www.cnpq.br/areas/padct/contato.htm>

Cefet – Centro Federal de Educação Tecnológica

CGEE – Centro de Gestão e Estudos Estratégicos - <http://www.cgee.org.br>

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - <http://www.cnpq.br/>

EVTE – Estudo de Viabilidade Técnica e Econômica

Fapesp – Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de São Paulo - <http://www.fapesp.br/>

Finep – Financiadora de Estudos e Projetos - <http://www.finep.gov.br>

FNDCT – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - [http://www.mct.gov.br/legis/decretos/719\\_69.htm](http://www.mct.gov.br/legis/decretos/719_69.htm)

FVA – Fundo Verde-Amarelo - <http://www.mct.gov.br/Temas/Fundos/fundos2.htm>

IBICT – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia- <http://www.ibict.br/>

IEL – Instituto Euvaldo Lodi - <http://www.iel.org.br>

IES – Instituições de Ensino Superior

Inmetro – Instituto Nacional de Metrologia e Qualidade Industrial - <http://www.inmetro.gov.br/>

Inovar – Rede de Prospeção e Desenvolvimento de Negócios - <http://www.finep.gov.br>

Inpi – Instituto Nacional de Propriedade Intelectual - <http://www.inpi.gov.br/>

INT – Instituto Nacional de Tecnologia- <http://www.int.gov.br/>

IPT – Instituto de Pesquisas Tecnológicas - <http://www.ipt.br/>

MCT – Ministério da Ciência e Tecnologia - <http://www.mct.gov.br>

MDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - <http://www.mdic.gov.br/>

MPE – Micro e Pequenas Empresas

OS – Organização Social

P&D – Pesquisa e Desenvolvimento

PACTI – Programa de Apoio à Capacitação Tecnológica da Indústria - <http://www.mct.gov.br/prog/pacti/Default.htm>

Patme – Programa de Apoio Tecnológico à Micro e Pequena Empresas - <http://www.df.sebrae.com.br/preview/creator2/webs/sebrae/consultoria/contecnologica/patme/default.cfm>

PBQP – Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade - <http://www.pbqp.gov.br/>

PI – Propriedade Intelectual

PNI – Programa Nacional de Apoio a Incubadoras de Empresas - <http://www.mct.gov.br/prog/empresa/pni/intro.htm>

Progex – Programa de Apoio Tecnológico à Exportação -

Recope – Redes Cooperativas de Pesquisa - <http://www.coppe.ufrj.br/recope>

Rhae – Recursos Humanos para o Desenvolvimento Tecnológica - <http://www.mct.gov.br/prog/rhae>

Softex – Sociedade Brasileira para Promoção e Exportação de Software - <http://www.softex.br/>

Sebrae – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - <http://www.sebrae.com.br/>

Senai – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - <http://www.senai.br/>

TIB – Tecnologia Industrial Básica - <http://www.mct.gov.br/Temas/Desenv/Default.htm>

Unirede – Universidade Virtual Pública do Brasil - <http://www.unirede.br/>